

## **Disclosure das Provisões e dos Passivos Contingentes: Uma análise das empresas aéreas brasileiras listadas na BM&FBovespa**

**RENATA BISSI DE OLIVEIRA**

UNIVERSIDADE ESTADUAL DE MARINGÁ (UEM)

**AUGUSTO CESAR OLIVEIRA CAMELO**

CENTRO UNIVERSITÁRIO DE MARINGÁ - UNICESUMAR (UNICESUMAR)

**FRANCIELE DO PRADO DACIÊ**

UNIVERSIDADE ESTADUAL DE MARINGÁ (UEM)

**MARCIELLE ANZILAGO**

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA (UFSC)

## ***Disclosure* das Provisões e dos Passivos Contingentes: Uma análise das empresas aéreas brasileiras listadas na BM&FBovespa**

### **Resumo**

A partir do Pronunciamento Técnico CPC 25, há uma previsão normativa para que as empresas reconheçam e mensurem as provisões e os passivos contingentes adequadamente. Estas informações devem ser divulgadas nas demonstrações financeiras, de modo satisfatório, para que seus usuários entendam a sua natureza, oportunidade e o seu valor. Nesse sentido, considerando que o setor de aviação civil brasileiro registrou representativa participação no PIB brasileiro e tem gerado significativa contribuição no valor agregado para economia, este artigo tem como objetivo verificar como é tratado o *disclosure* das demonstrações contábeis de 2015 e 2016 das empresas Azul Linhas Aéreas Brasileiras S. A., Gol Linhas Aéreas Inteligentes S. A. e Latam Airlines Group S. A. a partir das orientações dadas pelo CPC 25. Para isso, realizou-se uma pesquisa de cunho descritivo, com abordagem qualitativa, aplicando-se a técnica de análise de conteúdo nas demonstrações financeiras dessas companhias. Os resultados apontam que as informações ainda são falhas em relação a aderência às orientações do CPC 25 (2009) quanto a evidenciação de passivos contingentes, fato que pode representar uma barreira na análise da transparência dos dados e das informações aos potenciais usuários da informação contábil. Quanto as provisões, observou-se maior frequência de divulgação de informações que se referem a tributos, área cível, trabalhista e devolução de aeronaves.

**Palavras-chave:** *Disclosure*; Passivos Contingentes e Provisões; Linhas Aéreas.

### **1 Introdução**

As empresas, segundo Farias (2004), precisam disponibilizar aos seus usuários, não só as informações determinadas por lei, mas também informações que influenciem na tomada de decisões, tais como informações adicionais, que quando divulgadas geram maior transparência as suas demonstrações contábeis. Dessa maneira, as informações contábeis estão ganhando destaque, uma vez que são importantes para confrontarem outras informações e favorecerem os usuários com informações úteis para a tomada de decisões, na gestão empresarial e mercadológica (Oliveira, 2016).

Além disso, as informações contábeis contribuem para uma gestão transparente, na qual todos os usuários possam, de forma igualitária, desfrutem de informações sobre o desempenho empresarial tempestivamente (Deitos, 2003). Segundo Deitos (2003), as informações contábeis podem ser utilizadas por qualquer empresa, independente do porte, trazendo maior segurança na tomada de decisões.

As empresas estão sujeitas a diversos tipos de riscos que abrangem as operações empresariais, referindo-se, muitas vezes, aos eventos que estão além daqueles previstos pela empresa, tais como processos movidos por concorrentes ou consumidores, garantias dadas que podem vir a ser reclamadas ou não, e reembolsos por possíveis danos ambientais causados pela operação da empresa (Baldoino, 2013). Segundo Baldoino (2013), a estes riscos dá-se o nome de contingências e provisões. Para a contabilidade, a mensuração desses riscos, e até mesmo de valores, não são facilmente estimáveis, pois resultam de acontecimentos e condições que independem da vontade da empresa para ocorrerem (Baldoino, 2013).

A provisão pode ser vista como um passivo de prazo ou valor incerto, são obrigações presentes e é provável que uma saída de recursos que incorporam benefícios econômicos seja necessária para liquidar tal obrigação (CPC, 25, 2009). O passivo contingente resulta de eventos passados e cuja existência será confirmada apenas pela ocorrência ou não de um ou mais eventos futuros incertos fora do controle da entidade (CPC 25, 2009). Observa-se, assim, o

grau de complexidade vivenciado pelas empresas para mensurar e divulgar tais provisões e passivos contingentes.

As companhias abertas, por meio da Deliberação da Comissão de Valores Mobiliários (CVM) nº 489/05, passaram por mudanças, tais como no reconhecimento, mensuração e divulgação das provisões, contingências ativas e contingências passivas. Porém em 2009, acarretou a revogação da mesma, e tornando-se obrigatória a deliberação nº 594/09 (CVM), que aprova o Pronunciamento Técnico CPC 25 do Comitê de Pronunciamentos Contábeis, que aborda as provisões, passivos contingentes e ativos contingentes, e tem como objetivo instituir a aplicação de critérios de reconhecimento e bases de mensuração para provisões, passivos e ativos contingentes, de modo que a informação seja publicada em notas explicativas e permitam que os usuários entendam a sua natureza, oportunidade e valor (CPC 25, 2009).

Dessa maneira, acontecimentos inesperados fazem com que as companhias sigam as instruções previstas no Pronunciamento Técnico 25 - Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes, para reconhecer e mensurar apropriadamente as expectativas de ativos e/ou passivos contingentes. Nesse contexto, questiona-se: De que forma as empresas aéreas brasileiras, com ações negociadas na BM&F BOVESPA S/A, divulgam as provisões e os passivos contingentes conforme orientações do CPC 25? Assim, essa pesquisa objetiva verificar como é tratado o *disclosure* das demonstrações contábeis das empresas Azul Linhas Aéreas Brasileiras S. A., Gol Linhas Aéreas Inteligentes S. A. e Latam Airlines Group S. A. a partir das orientações dadas pelo CPC 25.

Propõe-se também, identificar o *Disclosure* das provisões e dos passivos contingentes, sob o enfoque teórico e normativo (CPC 25) dos exercícios contábeis de 2015 e 2016 nessas empresas. Estudos nacionais realizam análises sobre a aderência à prescrição legal sobre a divulgação de provisões e passivos contingentes em diversos setores da economia brasileira (Costa, 2013; Pinto Avelar, Fonseca, Silva, Costa, 2014; Scarpin, Macohon & Dallabona, 2014; Oliveira, 2016). No entanto, não foram observadas pesquisas que tenham como foco principal o setor aéreo. Desse modo, identificar por meio dos balanços patrimoniais e notas explicativas se há divulgação das provisões e dos passivos contingentes, se o formato atende aos requisitos normativos do CPC 25 e apresenta transparência de dados e informações aos usuários a respeito dos grupos contábeis investigados pode ser significativamente útil.

Além disso, esse estudo torna-se oportuno pela representatividade do setor para a economia nacional. O mesmo colaborou com 1,4% do PIB brasileiro gerado pelo setor de transporte aéreo e por turistas estrangeiros via rota aérea em 2016, ou seja, R\$ 25,1 bilhões de valor agregado e R\$ 7,8 bilhões de gastos realizados por turistas estrangeiros (Oxford Economics, 2016). Em períodos anteriores, como em 2012, a demanda doméstica e internacional do transporte aéreo apresentou recordes se comparados aos anos anteriores, sendo responsável por 3,5 vezes o crescimento do Produto Interno Bruto (PIB) brasileiro e mais de 14 vezes o crescimento da população (Anuário do Transporte Aéreo, 2012).

## **2 Revisão da Literatura**

### **2.1 Passivos, Provisões e Passivo Contingente**

O passivo abrange as obrigações de toda a entidade para com terceiros. Toda empresa além de obter recursos originários dos sócios e decorrentes de resultados positivos de suas transações, precisa de fundos ocorridos de outras fontes, isto é, recursos de terceiros, que contribuam para que a entidade consiga cumprir com seus objetivos, suprimindo assim a necessidade de capital de giro (Fávero, Lonardon, Souza, & Takakura, 2009). Para Niyama e Silva (2013), o passivo é crucial para as empresas, visto que o volume destes recursos pode indicar se uma empresa possui viabilidade financeira. Para a evidenciação de um passivo, é necessário que satisfaça as regras usuais da SFAC 5, a obrigação precisa ser reconhecida como

passivo, quando satisfazer quatro critérios gerais que condiz: a definição de passivo, se é mensurável, se possui relevância e é preciso (Hendriksen & Van Breda, 2012).

O CPC 00(R1) (2011), conceitua o passivo como uma obrigação presente, originada de eventos passados, cuja liquidação espera-se que resulte uma saída de recursos capazes de gerar benefícios econômicos (CPC, 2017). Niyama e Silva (2013), comentam que a definição de passivos do CPC (R1), possui três características: (a) obrigação atual; (b) resultado de eventos passados; e (c) liquidação implica num desembolso de benefícios econômicos.

Segundo Iudícibus *et al.* (2010), há passivos que devem ser registrados, embora não apresentam data fixada de pagamento ou mesmo não contém expressão exata de valores. Assim, tem-se as provisões e os passivos contingentes, que caracterizam-se como passivos nas demonstrações financeiras da empresa. Todavia, possuem diferenças nos tratamentos contábeis, pois procedem de operações que não são líquidas e exatas, mas têm certo grau de incerteza quanto à sua ocorrência (CPC 25, 2017).

O Pronunciamento Técnico CPC 25 (2009), por sua vez, tem como objetivo estabelecer critérios de reconhecimento e bases de mensuração apropriados às provisões, passivos e ativos contingentes, de modo que a informação divulgada nas notas explicativas seja suficiente para permitir que os usuários entendam a sua natureza, oportunidade e valor. A observação do referido pronunciamento tornou-se obrigatória para as companhias abertas nos exercícios encerrados a partir de dezembro de 2010 referentes às demonstrações financeiras de 2009, bem como àquelas a serem divulgadas em conjunto com as demonstrações de 2010 para fins de comparação e possuindo semelhança às Normas Internacionais de Contabilidade - IAS 37.

O CPC 25 (2009) conceitua provisão como um passivo de prazo ou de valor incertos. Niyama e Silva (2013, p. 169), designam o termo como “um passivo incerto quanto à quantia ou data de vencimento”. Uma provisão é medida pelo valor que a entidade pagaria para liquidar a obrigação no final do período de relatório ou transferi-la para um terceiro naquele momento e os riscos e as incertezas também são considerados na mensuração de uma provisão (IASB, 2017). Os passivos derivados de apropriação por competência (*accruals*) são comumente publicados como parte das contas a pagar, enquanto as provisões são divulgadas separadamente (CPC 25, 2009).

Considera-se Passivo Contingente a obrigação possível, decorrente de eventos passados, da qual a existência será admitida pela ocorrência ou não de eventos futuros incertos, que não são controlados pela empresa (Niyama & Silva, 2013). Além disso, os passivos contingentes abrangem obrigações que não são reconhecidas, porque seu valor não pode ser mensurado de modo confiável ou porque a liquidação não é provável (IASB, 2017). Os passivos contingentes não abrangem provisões para as quais é certo que a entidade tem uma obrigação presente, que é mais provável que não conduzir a uma saída de caixa ou diversos recursos econômicos, mesmo que o valor ou o cronograma seja incerto (IASB, 2017).

Um passivo contingente, para Niyama e Silva (2013), também pode ocorrer quando uma obrigação não é reconhecida em causa da improvável saída de recursos ou pela ausência de confiabilidade de avaliar a obrigação. De tal modo, uma característica fundamental do passivo contingente é o fato dele não ser reconhecido, porém possa ser divulgado, por exemplo, em notas explicativas (Niyama & Silva, 2013). Sendo assim o passivo contingente ficará confirmado por um evento futuro incerto que não estará sob o controle da entidade.

## **2.2 Reconhecimento, divulgação e mensuração**

O procedimento inicial para o reconhecimento, conforme Niyama e Silva (2013), é atender a definição de passivo, a segunda condição relaciona-se a mensuração a partir de bases confiáveis. Segundo Almeida (2014), as provisões são reconhecidas para obrigações presentes (legal ou presumida) de resultados de eventos passados, que consistam em provável estimativa

de valores de maneira confiável e cuja liquidação seja provável. Estando o valor reconhecido como provisão é a mais perfeita estimativa das considerações solicitadas para liquidar a obrigação no final de cada período de relatório a partir dos riscos e das incertezas relativos a obrigação (Almeida, 2014).

Nos casos em que a obrigação presente não é evidente, o reconhecimento considera a existência de um fato gerador no passado e a expectativa de probabilidade e evidência de que o desembolso aconteça (CPC, 25, 2009). Para Hendriksen e Van Breda (2012), o momento em que o reconhecimento acontece é bastante definido, pois a obrigação deriva de um contrato em que o valor e a data de pagamento da obrigação são especificados ou são determináveis no emprego das condições do contrato. Contudo, em alguns casos, o valor a ser pago pode estar atrelado a eventos futuros, como por exemplo, o nível do faturamento bruto com o uso de bens arrendados (Hendriksen & Van Breda, 2012). Nestes casos, o passivo existente é representado em termos de equivalentes certos ou por meio de um intervalo de valores prováveis.

Considera-se contingência passiva, e, por sua vez, não reconhecida em balanços patrimoniais, a possível existência de diminuição de um ativo ou desembolsos em caixa para a liquidação de determinada obrigação que venha a existir. Essa possibilidade está relacionada a um evento que ainda não ocorreu e que a entidade não tem seu controle, tornando, portanto, a mensuração do valor desembolsado e a data de seu vencimento ainda incertas (CPC, 25, 2009). Entende-se que alguns passivos são difíceis de serem mensurados devido às incertezas a respeito da existência, ou não, da obrigação (Niyama & Silva, 2013). Para isso analisa-se o valor necessário para concluí-la e seu impacto sobre as demonstrações contábeis. Niyama e Silva (2013) afirmam que a existência da incerteza e a complexidade de mensuração não são motivos para que a entidade não faça um esforço no sentido de demonstrar a informação, mesmo que consista sob forma de nota explicativa.

A importância reconhecida como provisão precisa ser a melhor estimativa do desembolso estabelecido para liquidar a obrigação presente na data do balanço ou para transferi-la para terceiros nesse momento. As estimativas são apuradas pela avaliação da administração da entidade ou por peritos independentes. Sendo assim, as provisões são mensuradas a partir de evidências adicionais decorrentes de eventos subsequentes à data do balanço (CPC 25, 2017). Considera-se, também o cuidado ao concretizar julgamentos em condições de riscos e incertezas, de modo que receitas ou ativos não fiquem superavaliados e despesas ou passivos não estejam subavaliados (CPC 25, 2017). Adicionalmente, as provisões são reconhecidas quando seu efeito é material. Diante de eventos futuros incertos, como por exemplo, o efeito de possível legislação nova no valor da liquidação de uma obrigação, a mensuração é considerada sob o aspecto contingencial a partir de estimativas (CPC 25, 2017).

### 2.3 Disclosure

A Teoria do *Disclosure* entende que a divulgação de informações contábeis, seja ela demonstrada por meio de números e como por sentenças, através de canais formais ou informais, fornece informações úteis aos usuários (Gibbins, Richardson & Waterhouse, 1990). Nessa perspectiva, a publicação da divulgação das informações contábeis das organizações torna-se fundamental para o funcionamento do mercado de capitais (Gibbins, Richardson & Waterhouse, 1990).

O *disclosure* está relacionado aos escopos da contabilidade ao garantir informações distintas para os vários tipos de usuários, sejam elas quantitativas ou qualitativas, requeridas ou voluntárias (Souza, 1995; Iudícibus, 2006). Conforme Schaltegger e Burrit (2000, p. 190), o *disclosure* é o processo de incorporar elementos financeiros contábeis (recursos, obrigações, despesas e receitas) no balanço, na demonstração de resultado, nas notas explicativas e demais demonstrações financeiras. O mesmo diminui a assimetria informacional ao usuário da

informação contábil, sobretudo na ótica dos órgãos reguladores da avaliação de empresas (*valuation*) e do fornecimento de auxílio à tomada de decisões (Barth, Beaver & Landsman, 2001; Orens & Lybaert, 2008).

A CVM (2017) observa que a divulgação, na maioria das vezes, é limitada ao que é atribuído por força de lei ou norma. Nesse sentido, a presença de um órgão regulador é eficaz para garantir informação tempestiva, relevante e útil à medida que tenta impedir o uso de práticas que coloquem em risco a confiança no mercado como um todo (CVM, 2017). No entanto, nota-se que o *disclosure* de determinadas empresas excede àquilo que é exigido por lei (Lang & Lundholm, 1993). Isso advém pelo fato de que os controladores da empresa, tais como os gestores ou acionistas majoritários dispõem de informações adicionais cuja divulgação não é obrigatória mas decidem divulgá-la (Verrecchia, 2001). Nesses casos, as informações contábeis voluntárias são divulgadas nos relatórios da administração e nas demonstrações contábeis, sendo complementadas por notas explicativas e parecer dos auditores independentes. A situação, por sua vez, garante maior transparência aos diversos *stakeholders* (Farias, 2004).

#### 2.4 Estudos nacionais correlatos

A literatura nacional apresenta alguns estudos relacionados a proposta dessa pesquisa (Costa, 2013; Pinto *et al.*, 2014; Scarpin *et al.*, 2014; Oliveira, 2016). Costa (2013), buscou obter uma visão geral a respeito das características dos passivos contingentes nas empresas estrangeiras que negociam ações na Bolsa de Valores de Nova York. O estudo analisou os passivos contingentes de 102 empresas que publicam seus demonstrativos financeiros em IFRS na NYSE, empregando hipóteses de pesquisa que pudessem explicar a forma como tais contingências foram distribuídas. Contudo, verificou-se a cultura como um fator que influencia na significância financeira dos passivos contingentes, demonstrando que empresas brasileiras tendem a divulgar mais passivos contingentes devido à sua característica social mais conservadora que empresas inglesas ou chinesas.

Já Pinto *et al.* (2014), identificou se a evidenciação quantitativa e qualitativa de provisões e passivos contingentes está pertinente com o valor de mercado das companhias abertas brasileiras e quais fatores estão relacionados com esse nível de evidenciação. A pesquisa aplicada a 65 empresas listadas no índice Ibovespa durante os anos de 2010 a 2013, mostrou que as empresas que têm menos itens de evidenciação de ativos, passivos contingentes e provisões estão inseridas no setor Químico. As que possuem mais itens de evidenciação, por sua vez, são as do setor de *Software* e dados. Os achados da pesquisa mostram que quanto maior lucro por ação, endividamento e a provisão por ação for maior, mais provável será a possibilidade de a empresa divulgar informações sobre provisão e passivo contingente acima da média do seu setor. Além de contribuir para a diminuição da assimetria informacional dentre os usuários das informações contábeis, o estudo estimula a proposição de maior o monitoramento das informações contidas nas demonstrações financeiras pelos órgãos reguladores.

Adicionalmente, Scarpin *et al.* (2014), analisaram se há variabilidade nos índices de endividamento em relação à adição dos passivos contingentes no grupo do passivo não circulante nos diferentes níveis de governança corporativa da BM&FBovespa. O período analisado de 2010 e 2011, mostrou que as médias para o índice quantidade da dívida sem e com adição dos passivos contingentes estiveram maiores em 2011 do que 2010. A análise da qualidade da dívida com a presença de passivos contingentes mostrou-se significativa, mostrando que a assimetria informacional é relevante no que compete a ausência da evidenciação contábil dos passivos contingentes no Balanço Patrimonial. Consequentemente, entende-se que a ausência de uma normativa para a evidenciação dos passivos contingentes no Balanço Patrimonial prejudica a qualidade da informação contábil.

Por fim, o estudo de Oliveira (2016) analisa se as exigências de reconhecimento, mensuração e divulgação das provisões e passivos contingentes previstas pelos órgãos nacionais estão sendo atendidas de caráter legal por empresas listadas na BM&FBovespa. Constatou-se que as empresas listadas não vêm cumprindo as exigências de acordo com o CPC 25 e que as mesmas precisam se adaptar as novas legislações que vigoram nacionalmente de modo a apresentar aos usuários das suas informações uma maior transparência. Constatou-se ainda que os passivos contingentes e as provisões com maiores relevâncias foram as de natureza fiscal, trabalhista e cível, respectivamente. Frente aos itens de reconhecimento e mensuração a pesquisa examina que das empresas analisadas a grande maioria tem conhecimento sobre o assunto. Contudo grande parte das companhias não estabelece a divulgação conforme exigência definida pelo CPC 25.

### 3 Procedimentos Metodológicos

Esta pesquisa enquadra-se como descritiva. Os registros analisados pelo estudo correspondem as Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes presentes nas demonstrações financeiras das companhias aéreas Azul Linhas Aéreas Brasileiras S. A., Gol Linhas Aéreas Inteligentes S. A. e Latam Airlines Group S. A., no período de 2015 e 2016. A finalidade é analisar se a forma como esses elementos são apresentados são aderentes às orientações normativas apresentadas no CPC 25 (2009).

Acerca da amostra de empresas escolhida, o *ranking* divulgado pela consultoria britânica Skytrax em 2017 destacou a Azul Linhas Aéreas como companhia que assumiu a primeira posição na classificação baixo custo (“*low-cost*”) na América do Sul, e oitava em âmbito mundial. A companhia foi também eleita como a melhor tripulação na América do Sul. Além disso, em 2016, a Gol liderou o mercado doméstico em termos de demanda com 36,0% de participação, seguida pela Latam, com 34,7% e a Azul que obteve 17,1% (ANAC, 2017).

O método empregado para abordar o problema será qualitativo e dedutivo indutivo. No que se refere aos procedimentos técnicos, utilizou-se da análise documental, onde foram investigados os documentos com a finalidade de “descrever e comparar usos e costumes, tendências, diferenças e outras características”, trabalhando sobre dados ou fatos adquiridos da própria realidade (Silva, 2005). Adicionalmente, a análise de conteúdo foi útil enquanto conjunto de técnicas de análise das comunicações, que utiliza procedimentos sistemáticos e objetivos de descrição do conteúdo das mensagens (Bardin, 2006).

Nesse sentido, a pesquisa emprega como objeto as demonstrações financeiras emitidas pelas companhias aéreas nas quais serão analisadas as práticas cotidianas de registros, mensurações e divulgações contábeis acerca das Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes. Foram analisadas as demonstrações financeiras - Balanço Patrimonial, Demonstração do Resultado, Demonstração do Resultado Abrangente, Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido, da Demonstração dos Fluxos de Caixa e Notas Explicativas e relatórios da administração - de três companhias do setor de aviação civil com ações negociadas na BM&FBovespa.

A opção pelas empresas listadas na BM&FBovespa justifica-se pelas mesmas serem da aviação civil, brasileiras, de capital aberto, e, por conseguinte, serem obrigadas a adotar o Pronunciamento Técnico CPC 25. As demonstrações foram obtidas junto ao site das companhias e, feito o download, realizou-se leitura nos documentos. Inicialmente empregou-se uma leitura completa (pré análise) do material a ser estudado de modo a verificar se a escolha destes é aderente a definição do que será analisado (Bardin, 2006). Por seguinte, realizou-se a exploração do material, onde extraiu-se os dados para uma planilha de Excel para posterior análise. O processo tem como finalidade facilitar o tratamento e interpretação dos resultados, permitindo a criação de quadros.

#### 4 Apresentação e Análise dos Resultados

A fim de apresentar os resultados obtidos nessa pesquisa, identificou-se inicialmente se há a presença dos Provisões, Passivos Contingentes nas demonstrações contábeis das companhias aéreas, conforme determinado na Deliberação nº 594/09 (CVM). Em seguida, as informações coletadas foram avaliadas sob um viés qualitativo com o intuito de analisar e compreender os dados recolhidos. Os registros analisados pelo estudo correspondem as companhias aéreas Azul Linhas Aéreas Brasileiras S. A., Gol Linhas Aéreas Inteligentes S. A. e Latam Airlines Group S. A., no período de 2015 e 2016.

A análise das informações iniciou-se pela leitura dos pareceres dos auditores independentes para conferir se existe ressalva em relação ao reconhecimento, mensuração e evidenciação da provisão e do passivo contingente. Constatado a inexistência de opiniões a respeito de informações relativas a provisões e passivos contingentes, realizou-se a análise de conteúdo das demonstrações contábeis (Balanço Patrimonial, Demonstração do Resultado, Demonstração do Resultado Abrangente, Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido, da Demonstração dos Fluxos de Caixa e Notas Explicativas e relatórios da administração). Todas as demonstrações, nos períodos de 2015 e 2016 considerados neste estudo, foram auditadas por empresas de auditoria independente.

##### i) Azul Linhas Aéreas Brasileiras S. A.

A empresa Azul Linhas Aéreas Brasileiras S. A. foi criada em janeiro de 2008, cuja operação foi iniciada em dezembro do mesmo ano. Atende atualmente a 102 destinos nacionais e internacionais, como Estados Unidos, Argentina, Uruguai, Portugal, Uruguai e Guiana Francesa. A empresa é uma sociedade anônima com sede na cidade de Barueri, estado de São Paulo. Possui ações negociadas na bolsa de valores de Nova Iorque (NYSE) e na BM&FBovespa, sendo classificada no segmento Nível 2 de Governança Corporativa.

Suas atividades e de suas controladas são de exploração de serviços de transporte aéreo regular de passageiro e/ou cargas e as atividades complementares de transporte aéreo por frete de passageiros, cargas e/ou mala postal, de taxi aéreo, de manutenção e reparos em aeronaves, motores, partes componentes e peças, serviços de hangaragem, atendimento de rampa, limpeza de aeronaves e abastecimento de material de comissária de bordo (AZUL, 2017).

Atualmente está com aproximadamente um terço do mercado brasileiro de aviação civil em termos de decolagens e consolida-se como a terceira maior companhia aérea do País (AZUL, 2017). Acerca do *disclosure*, observou-se que na companhia Azul Linhas Aéreas, as provisões são revisadas e ajustadas, pois leva-se em consideração as alterações nas circunstâncias tais como prazo de prescrição aplicável, conclusões de inspeções fiscais e/ou exposições adicionais identificadas com embasamento em novos assuntos ou decisões de tribunais, conforme indicado pelo CPC 25 (2009). AS mesmas são classificadas no passivo não circulante nas contas (i) provisões para riscos tributários, cíveis e trabalhistas e (ii) provisão para devolução de aeronaves e motores.

As provisões cíveis são relacionadas às ações indenizatórias em geral, tais como atrasos e cancelamentos de voos, extravios e danos de bagagem, dentre outras não especificadas nas notas explicativas. Nota-se que essas ações em 2015 correspondem a 66% das provisões, e no ano de 2016 esse percentual diminuiu, apresentando 57%, ainda valores significativos em as provisões. Observou-se que no exercício de 2016, o total dos processos cíveis, conforme a administração, estiveram avaliados com risco de perda possível e não provável e além do qual não foi constituída provisão.

As provisões trabalhistas foram associadas a horas extras, adicional de periculosidade, adicional de insalubridade e diferenças salariais. Constatou-se que essas ações em 2015



corresponderam a 32% das provisões, e no ano de 2016 a 43%. Não há explicito o porquê do aumento do valor. Em 2016, a quantia dos processos trabalhistas de acordo com a administração, foram medidos como risco de perda possível e não provável para o qual não foi constituída provisão. Ademais, as provisões tributárias são os processos referentes a não incidência de ICMS nas importações das aeronaves, motores e simulador sob a modalidade de arrendamento sem opção de compra nas operações realizadas com arrendadores sediados em país estrangeiro. Foi verificado que essas ações em 2015 corresponderam a 2% das provisões, e no ano de 2016 não houve a realização da provisão, visto que houve a prescrição das causas e redução do saldo desses processos. Com base na avaliação da administração e de seus assessores legais, entendeu-se que as chances de perda são remotas e, portanto, não foi constituída provisão para os referidos valores.

Já a provisão para devolução de aeronaves e motores baseou-se nos custos futuros estimados a serem incididos de maneira a atender às condições contratuais para o retorno dos motores e aeronaves mantidos sob arrendamento operacional. No entanto, em 01 de junho de 2016, a companhia alterou sua estimativa de provisão de acordo com o instituído no CPC 23 (2009) – Práticas Contábeis, Mudanças nas Estimativas e Correção de Erros, por acreditar que os custos de devolução se tornam prováveis. Considerando as estimativas com maior precisão de devolução, baseou-se no histórico de uso e nas perspectivas de condições de devoluções das aeronaves para reconhecimento das provisões para devolução de aeronaves e motores.

A Figura 1 apresenta um resumo das provisões e dos passivos contingentes divulgados nas demonstrações contábeis da referida empresa dos períodos de 2015 e 2016.

**Figura 1.** Resultados da avaliação na mensuração e divulgação das provisões no balanço patrimonial e nota explicativa da Azul

Empresa	Balanço patrimonial	
	2015	2016
AZUL	No grupo de contas no Passivo Não Circulante, identificou-se as contas:	No grupo de contas no Passivo Não Circulante, identificou-se as contas:
	a) Provisões para riscos tributários, cíveis e trabalhistas no valor de R\$ 51.419; e	c) Provisões para riscos tributários, cíveis e trabalhistas no valor de R\$ 48.230; e
	b) Provisão para devolução de aeronaves e motores no valor de R\$ 57.739.	d) Provisão para devolução de aeronaves e motores não houve provisão.
	Nota explicativa	
	2015	2016
	No ano de 2015, houve uma provisão no valor de R\$ 51.419: a) Cíveis R\$ 33.816, Trabalhistas R\$ 16.494 e Tributários R\$ 1.109.	No ano de 2016 houve uma provisão no valor de R\$ 48.230: c) Cíveis R\$ 27.704, Trabalhistas R\$ 20.526 e a natureza Tributária não houve a provisão.
b) Provisão para devolução de aeronaves e motores R\$ 57.739.	d) Provisão para devolução de aeronaves e motores, alterou sua estimativa de acordo com o CPC 23 – Práticas Contábeis, Mudanças nas Estimativas e Correção de Erros.	

Fonte: Dados da pesquisa (2017).

Conforme as informações divulgadas, observou-se que a companhia adotou a perspectiva de risco de perda possível, provável e de chances de perda são remotas, conforme orientado pelo CPC 25 (2009). Dessa forma, se existe uma obrigação possível ou obrigação presente cuja probabilidade de uma saída de recursos é remota, a companhia possivelmente reconheceu o passivo contingente. Adicionalmente, observou-se também os relatos que levaram em consideração para o alcance mensuração a melhor estimativa da provisão, dos riscos e incertezas; e as estimativas foram apuradas pela avaliação da administração e de seus assessores legais.

## ii) Gol Linhas Aéreas Inteligentes S. A.

A companhia Gol Linhas Aéreas Inteligentes S. A. foi fundada em 2001 e opera seu primeiro voo no dia 15 de janeiro do mesmo ano, porém foi construída em março de 2004 como

uma sociedade por ações estabelecida segundo as leis brasileiras. Opera hoje em dia para mais de 60 destinos nacionais, na América do Sul e Caribe. A empresa é uma sociedade anônima com sede na cidade de São Paulo, estado de São Paulo. A GOL tem ações negociadas na Bolsa de Valores de Nova York (NYSE) e na Bolsa de Valores de São Paulo, BM&FBovespa classificada no segmento Nível 2 de Governança Corporativa. Integra também os índices de Ações com Governança Corporativa Diferenciada (IGC) e de Ações com Tag Along Diferenciado (ITAG), desenvolvidos para distinguir as empresas que se comprometem às práticas diferenciadas de governança corporativa.

Suas atividades e de suas controladas são a serviços de transporte aéreo regular e não regular de âmbito nacional e internacional de passageiros, cargas ou malas postais, atividades complementares de serviço de transporte aéreo o desenvolvimento e gerenciamento de programa de fidelização de clientes, próprio ou de terceiros; a comercialização de direitos de resgate de prêmios no âmbito do programa de fidelização de clientes (GOL, 2017). A Figura 2 apresenta um resumo das provisões e dos passivos contingentes divulgados e contabilizados nas demonstrações contábeis da referida empresa dos períodos de 2015 e 2016:

**Figura 2.** Resultados da avaliação na mensuração e divulgação das provisões no balanço patrimonial e nota explicativa da Gol

Empresa	Balanco patrimonial	
	2015	2016
GOL	No grupo de contas no Passivo Circulante, têm-se a conta: a) Provisões no valor de R\$ 206.708. b) Passivo Não Circulante, identificou-se a conta Povisões no valor de R\$ 663.565.	No grupo de contas no Passivo Circulante, têm-se: c) Provisões no valor de R\$ 66.502. d) Passivo Não Circulante, identificou-se a conta Povisões no valor de R\$ 723.713.
	Nota explicativa	
	2015	2016
	No grupo de contas no Passivo Circulante, têm-se: a) Provisão para seguros no valor de R\$ 742 e Provisões para devolução de aeronaves e motores no valor de R\$ 205.966. b) Passivo Não Circulante, identificou-se as contas: Provisões para devolução de aeronaves e motores no valor de R\$ 519.210 e Processos judiciais no valor de R\$ 144.355, sendo classificadas como: Cíveis R\$ 69.892; Trabalhistas R\$ 74.293 e Tributárias R\$ 170.	c) Provisão para seguros no valor de R\$ 742 e Provisões para devolução de aeronaves e motores no valor de R\$ 65.760. d) Passivo Não Circulante, identificou-se as contas: Provisões para devolução de aeronaves e motores no valor de R\$ 518.181 e Processos judiciais no valor de R\$ 205.532, sendo classificadas como: Cíveis R\$ 73.356; Trabalhistas R\$ 132.163 e Tributárias R\$13.

Fonte: Dados da pesquisa (2017)

Na companhia Gol Linhas Aéreas Inteligentes, a constituição da provisão abordou a avaliação da opinião dos consultores jurídicos internos e externos da companhia, a natureza dos processos e experiências passadas. Além disso, as demonstrações financeiras mostraram que as provisões são revisadas periodicamente e a Administração confia que os registros realizados são condizentes com a probabilidade de perda de tais processos. Entretanto, os discursos alegaram que alterações expressivas em decisões judiciais originaram impactos relevantes nas demonstrações financeiras da companhia. Foram classificadas no passivo circulante e não circulante na conta de Provisões. As provisões cíveis são referentes às ações indenizatórias em geral relacionadas a atrasos e cancelamentos de voos, extravios e danos a bagagens.

Verificou-se que essas ações em 2015 correspondem a 48% das provisões, e no ano de 2016, 36%. Esses valores são classificados como com perda provável e também em alguns casos como risco possível. Já as provisões trabalhistas incidiram em relação a horas extras, adicional de periculosidade, adicional de insalubridade e diferenças salariais. Foi apurado que essas ações em 2015 corresponderam a 51% das provisões, e no ano de 2016, 64%. Esses montantes foram classificados como com perda provável e também em alguns casos como risco possível. As provisões tributárias, por sua vez, constituíram processos de natureza fiscal, apresentando menos de 1% das provisões nos anos de 2015 e 2016, sendo considerados como relevantes e de risco possível.

As provisões para devolução de aeronaves foram relacionadas a reconfiguração de aeronaves, medindo os custos intrínsecos às devoluções, atendendo as condições contratuais das aeronaves sob arrendamento operacional. As provisões para motores, segundo os relatórios, foram estimadas nas condições mínimas contratuais, notando os custos históricos advindos e as condições do equipamento no tempo da avaliação. Não está identificado o tipo de risco para esse critério.

Segundo Niyama e Silva (2013) uma qualidade fundamental do passivo contingente é o fato dele não ser reconhecido, porém possa ser divulgado, como em notas explicativas. Adicionalmente, CPC 25 (2009) afirma que a existência de passivos contingentes será admitida somente pela ocorrência ou não de um ou mais eventos futuros incertos não integralmente sob controle da entidade. Diante das análises, as companhias aéreas Azul Linhas Aéreas e a Gol Linhas Aéreas Inteligentes parecem não divulgar esse tipo de informação conforme prescrito no CPC 25 (2009), sobretudo no caso da provisão para devolução de aeronaves e para motores, onde não se identifica em notas explicativas o tipo de risco para esse critério.

### iii) Latam Airlines Group S. A.

A empresa Latam Airlines Group S. A. foi criada em 2012 por meio da fusão das operações das empresas LAN Airlines S. A e da Tam Linhas Aéreas, sendo a maior fusão da história do mercado aéreo da América Latina e além do que, a LAN Airlines S. A e da Tam Linhas Aéreas se tornaram o maior grupo de aviação do continente. Opera em serviços aéreos em torno de 140 destinos em 25 países, estando presente em 6 mercados domésticos da América Latina, tais como a Argentina, Brasil, Chile, Colômbia, Equador e Peru e em operações internacionais para Europa, Estados Unidos, Caribe, Oceania e África. A empresa é uma sociedade anônima de capital aberto com sede na cidade de Santiago, no Chile.

As ações são negociadas no Chile na Bolsa de Corredores - Bolsa de Valores (Valparaíso), na Bolsa Eletrônica do Chile - Bolsa de Valores e na Bolsa de Comércio de Santiago - Bolsa de Valores, além de negociadas nos Estados Unidos da América na *New York Stock Exchange* (“NYSE”), sob a forma de *American Depositary Receipts* (“ADRs”) e na República Federativa do Brasil, na BM&FBovespa S. A. - Bolsa de Valores, Mercadorias e Futuros, na forma de *Brazilian Depositary Receipts* (“BDRs”).

A Latam Airlines, no início de 2016 deixou de operar suas ações na bolsa brasileira, BM&FBovesta, devido à baixa representatividade dos papéis nos mercados brasileiros, passando então a operar atualmente com ações na Bolsa de do Chile e Estados Unidos. Suas atividades e de suas controladas são a transporte aéreo de passageiros e cargas (LATAM, 2017). Com base nas informações disponíveis nas demonstrações da empresa, a Latam Airlines Group S. A utiliza para a análise das provisões e passivos contingentes, os conhecimentos, a experiência e o julgamento profissional das características específicas dos riscos conhecidos. São classificadas no passivo circulante e não circulante na conta de Outras Provisões.

As provisões por contingências cíveis satisfazem a diversas exigências de ordem cíveis são ocasionadas contra a sociedade, as trabalhistas são a ordem trabalhista contra a sociedade, as tributárias que são pertinentes ao tratamento fiscal aplicável aos tributos diretos e indiretos. Incluem-se também no rol, as outras provisões que abrangem o valor justo apropriado, as contingências derivadas da combinação de negócios com a TAM S. A. e controladas, e as provisões por contingências na comissão europeia, sendo essas relacionadas a eventuais infrações à livre concorrência no mercado de carga aérea.

É notório que as contingências fiscais é a que mais se destaca na companhia, sendo que em 2015 e 2016 corresponderam a 82% e 83% respectivamente do valor das provisões. Em seguida, tem-se as contingências cíveis 2015 correspondem a 9% das provisões e no ano de 2016, 10%. As demais provisões tais como as trabalhistas, outros e comissão europeia, não

houve alteração no percentual das provisões, apresentando assim, 4%, 3% e 2% respectivamente. A Figura 3, apresenta um resumo das provisões e dos passivos contingentes divulgados e contabilizados nas demonstrações contábeis da referida empresa dos períodos de 2015 e 2016.

**Figura 3.** Resultados da avaliação na mensuração e divulgação das provisões no balanço patrimonial e nota explicativa da Latam

<b>Balanço patrimonial</b>	
<b>2015</b>	<b>2016</b>
No grupo de contas no Passivo Cíclico, têm-se a conta a) Outras provisões, circulantes no valor de R\$ 11.410.	No grupo de contas no Passivo Cíclico, têm-se a conta c) Outras provisões, circulantes no valor de R\$ 8.541.
b) Passivo Não Circulante, identificou-se a conta Outras provisões, não circulantes no valor de R\$ 1.657.576.	d) Passivo Não Circulante, identificou-se a conta Outras provisões, não circulantes no valor de R\$ 1.651.735.
<b>Nota explicativa</b>	
<b>2015</b>	<b>2016</b>
No grupo de contas no Passivo Cíclico, têm-se: a) Contingências fiscais R\$ 5.065, Contingências cíveis R\$ 5.763, Contingências trabalhistas R\$ 582. Outros e Comissão Europeia não houve valores provisionados.	No grupo de contas no Passivo Cíclico verificou-se um diminuição onde têm-se: c) Contingências fiscais R\$ 4.619, Contingências cíveis R\$ 3.399, Contingências trabalhistas R\$ 423, Outros e Comissão Europeia não houve valores provisionados.
b) Passivo Não Circulante, identificou-se as contas: Contingências fiscais R\$ 1.368.312, Contingências cíveis R\$ 146.645, Contingências trabalhistas R\$ 61.102, Outros R\$ 46.507 e Comissão Europeia R\$ 35.010.	d) Passivo Não Circulante, identificou-se as contas: Contingências fiscais R\$ 1.355.557, Contingências cíveis R\$ 157.656, Contingências trabalhistas R\$ 61.843, Outros R\$ 43.385 e Comissão Europeia R\$ 33.294.

Fonte: Dados da pesquisa (2017)

Convém ressaltar que, em nota explicativa separada, foram divulgadas contingências referentes a ações propostas pela LATAM Airlines Group S. A. e controladas classificadas como judiciais. Conforme já citado por Niyama e Silva (2013, p.166), “o evento contingente mais difícil de ser estimado são os processos judiciais”, pois têm-se dúvidas a respeito de a existência do passivo e do seu montante. Consta com a divulgação, o nome Sociedade Tribunal, o número do Rol da causa, a origem, a etapa processual e instância e os montantes envolvidos em moeda R\$. Contudo, não houve a identificação do tipo de risco para os critérios citados acima, e não foram relatadas as probabilidades da ocorrência para cada contingência individual, de modo a não afetar negativamente o resultado destas.

## 5 Considerações Finais

O objetivo desta pesquisa foi verificar como são apresentadas as informações sobre provisões e passivos contingentes das empresas aéreas brasileiras com ações negociadas na BM&F BOVESPA S/A a partir do enfoque teórico e normativo do Pronunciamento Técnico CPC 25. Para isso, realizou-se uma pesquisa de caráter descritiva a partir da análise de conteúdo das demonstrações financeiras, notas explicativas e relatórios da administração, dos exercícios de 2015 e 2016, disponíveis nos sites de três companhias aéreas (Azul Linhas Aéreas S. A., Gol Linhas Aéreas Inteligentes S. A e Latam Airlines Group S. A.).

Partiu-se do pressuposto de que o *disclosure* de uma empresa não é desenvolvido apenas pela informação que é exigida por lei, mas pela veiculação de toda informação que seja favorável para a tomada de decisão dos *stakeholders* (Lang & Lundholm, 1993). Frente ao objetivo do estudo, verificou-se que as companhias aéreas não vêm cumprindo as exigências de acordo com o CPC 25 (2017). A pesquisa executou a análise exclusivamente em relação as provisões e aos passivos contingentes, constituindo assim uma limitação do estudo, pois não foi abordado as ativos contingentes.

Constatou-se que os passivos contingentes e as provisões com maiores relevâncias foram as de natureza tributária, cível e trabalhista e de devolução de aeronaves, porém cada empresa apresentou destaque em uma natureza. Em 2015, as provisões que apresentaram maior

importância relacionaram-se com a natureza tributária, com ênfase para companhia Latam Airlines Group S. A. com 83% do seu total provisionado. Em seguida, aparece as provisões para devolução de aeronaves e motores com destaque para a companhia Gol Linhas Aéreas Inteligentes S. A. com 83%; e, por último, a companhia Azul Linhas Aéreas com 53% do total das provisões.

Verificou-se que as provisões que tiveram maiores relevâncias da amostra em 2016 são as de natureza tributária com destaque para a companhia Latam Airlines Group S. A. com 82% do seu total provisionado; em seguida aparece a provisões para devolução de aeronaves e motores com destaque da Gol Linhas Aéreas Inteligentes S. A. com 74% do total das provisões; e em terceiro foi a natureza cível na qual a Azul Linhas Aéreas teve notoriedade com 57% do seu montante provisionado. Apenas as empresas Azul e Gol divulgaram as provisões de devolução de aeronaves e motores, sendo que a Azul em 2016 alterou sua estimativa de acordo com o CPC 23.

Observou-se que as companhias adotaram uma tabela que divulgava o saldo inicial, adições, reversões, pagamentos, atualização monetária e saldo final dos valores. Esta tabela atendia a quatro subcategorias das provisões determinadas pelo CPC 25 (2009), (i) o valor contábil no início e no fim do período; (ii) provisões adicionais feitas no período, incluindo aumentos nas provisões existentes; (iii) valores utilizados (ou seja, incorridos e baixados contra a provisão) durante o período; e (iv) valores não utilizados revertidos durante o período.

Não identificou-se nas análises das notas explicativas o cronograma esperado de quaisquer saídas de benefícios econômicos resultantes das provisões. Convém ressaltar que os reembolsos devem ser evidenciados pelas companhias em suas notas explicativas, conforme CPC 25 (2009). No entanto, estes não foram evidentes nos registrados nas demonstrações contábeis da Azul Linhas Aéreas e Gol Linhas Aéreas Inteligentes S. A. Diante da falta de evidenciação de saídas, não se pode afirmar se as referidas companhias reembolsaram recursos a terceiros ou apenas deixaram de divulgá-los.

Perante ao que foi analisado, acredita-se que existem empecilhos para que os *stakeholders* avaliem se a Azul Linhas Aéreas, Gol Linhas Aéreas Inteligentes e Latam Airlines possuem passivos contingentes ou se não os evidenciou. Verificou-se apenas que a Latam Airlines reportou valores contingenciais, porém somente para aqueles processos cujos efeitos financeiros e possibilidade de reembolso podem ser estimados de maneira confiável, segundo instituído no parágrafo 86 do CPC 25 (2009).

Verificou-se que o presente estudo apresenta conclusões similares a outras pesquisas (Costa, 2013; Pinto et al., 2014; Scarpin *et al.*, 2014; Oliveira, 2016). Oliveira (2016) relata que as empresas listadas na BM&FBovespa não vêm cumprindo as exigências e grande parte das empresas não estabelece a divulgação conforme exigência definida pelo CPC 25. Em relação a análise da assimetria informacional realizada por Scarpin *et al.* (2014), observou-se significativa ausência da evidenciação contábil dos passivos contingentes no Balanço Patrimonial, fato que prejudica a qualidade da informação contábil. A presente pesquisa compartilha também deste entendimento, pois constatou-se nas análises das três companhias insuficiência de informação, fator que dificulta os usuários das informações contábeis nas tomadas de decisões.

A partir das análises realizadas neste estudo e dos resultados encontrados recomenda-se para estudos futuros a inclusão de outras companhias aéreas que atuam no Brasil, sendo elas brasileiras ou não. A partir do caso de milhas aéreas, que permite o cliente acumular créditos a cada viagem e depois trocar por serviços e/ou produtos da companhia, também surge como uma possibilidade de investigação, pois para aproximar os clientes, essas empresas instituíram um incentivo de conceder passagens gratuitas quando os mesmos alcançarem um número previamente acertado de voos ou de milhas (Niyama & Silva, 2013), e com isso a fidelização

proporciona recompensar os consumidores que usam de forma assídua um serviço ou produto (Barbosa, Sales & Paulo, 2010), fato que pode ser ponto de análise acerca de sua evidenciação enquanto passivo de existência incerta mas com capacidade de estimacão de pagamento (Niyama & Silva, 2013). Similarmente, sugere-se uma análise dos ativos contingentes das empresas aéreas brasileiras, verificando se as mesmas divulgam em notas explicativas os referidos ativos.

### Referências

Almeida, M. C. (2014). *Curso de Contabilidade Avançada em IFRS e CPC*. 1 ed. São Paulo: Atlas.

AZUL. (2017). *Relaçã com Investidores*. Reportado em 06 nov. 2017 de: [www.voeazul.com.br](http://www.voeazul.com.br).

Baldoino, E. (2013). *Passivos Contingentes na bolsa de valores de Nova York: uma análise comparativa entre as empresas estrangeiras*. 2013. 115 f. Dissertaçã (mestrado em Contabilidade) - Programa de Pós-Graduaçã em Contabilidade, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis.

Barbosa, G., Castro., Sales, I. C. H., & Paulo, E. (2011). Impacto da adoçã da IFRIC 13 na contabilizaçã de programas de passageiros frequentes. *Revista Eletrônica de Ciências Administrativa (RECADM)*, 10 (2), 64-79.

Bardin, L. (2006). *Análise de conteúdo* (L. de A. Rego & A. Pinheiro, Trads.). Lisboa: Edições 70. (Obra original publicada em 1977)

Barth, M., Beaver, W., & Landsman, W. (2011). The relevance of value-relevance literature for financial accounting standard setting: Another view. *Journal of Accounting and Economics*, 31, 77-104.

Brasil. (1976). *Lei no 6.404, de 15 de dezembro de 1976*. Reportado em 23 de out. 2017 de: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/L6404compilada.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L6404compilada.htm).

CVM, Comissão de Valores Mobiliários. (2017). *Deliberaçã CVM n. 489/05*. Reportado em 04 nov. 2017 de: <<http://www.cvm.gov.br>>.

CVM, Comissão de Valores Mobiliários. (2017). *Deliberaçã CVM n. 594/09*. Reportado em 04 nov. 2017 de: <<http://www.cvm.gov.br>>.

Deitos, M. L. M. S. (2003). Conhecer as especificidades das pequenas e médias empresas: uma necessidade que se impõe ao contador. *Revista do CRCPR*, 27 (136).

Farias, M. R. S. (2004). *Divulgaçã do passivo: um enfoque sobre o passivo contingente no setor químico e petroquímico brasileiro*. São Paulo: USP, 2004. Dissertaçã (Mestrado em Ciências Contábeis). Faculdade de Economia, Administraçã e Contabilidade da Universidade de São Paulo.

Fávero, H. L., Lonardoní, M., Souza, C., & Takakura, M. (2009). *Contabilidade: teoria e pratica*. 5 ed. São Paulo: Atlas.

GOL. (2017). *Relaçã com Investidores*. Reportado em 06 nov. 2017 de: [www.voegol.com.br](http://www.voegol.com.br).

Hendriksen, E. S., & Van Breda, M. F. (2012). *Teoria da Contabilidade*. 1 ed. 10. Reimpr. São Paulo: Atlas.

IASB. *IAS 37 Provisions, Contingent Liabilities and Contingent Assets*. Reportado em 12 out. 2017 de: <http://www.ifrs.org/issued-standards/list-of-standards/ias-37-provisions-contingent-liabilities-and-contingent-assets/>.

Iudícibus, S. *et al.* (2010). *Manual de Contabilidade Societária*. 1 ed. 5. Reimpr. São Paulo: Atlas.

Iudícibus, S. (2006). *Teoria da Contabilidade*. 8. ed. São Paulo: Atlas.

Lang, M., & Lundholm, R. (1993). Cross-sectional determinants of analyst rating of corporate disclosures. *Journal of Accounting Research*, 31, 246-271.

LATAM. (2017). *Relação com Investidores*. Reportado em 06 nov. 2017 de: [www.latam.com](http://www.latam.com).

Niyama, J. K., Silva, C. A. T. (2013). *Teoria da Contabilidade*. 3 ed. São Paulo: Atlas.

Oliveira, C. (2016). *Análise do cumprimento das exigências de reconhecimento, mensuração e divulgação das provisões e passivos contingentes: uma análise de empresas listadas na BM&FBOVESPA*. 2016. 53 f. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Ciências Contábeis) - Universidade Federal de Santa Catarina.

Orens, R., & Lybaert, N. (2008). Analysts' earnings forecasts and non-financial disclosures. In: *European Accounting Association Annual Congress*, 31, Rotterdam.

Oxford Economics. *A importância do transporte aéreo no Brasil*. 2016.

Pinto, A. F., Avelar, B., Fonseca, K. B. C., Silva, M. B. A., Costa, P. S. (2014). Value Relevance da Evidenciação de Provisões e Passivos Contingentes. *Revista Pensar Contábil*, 16 (61).

Scarpin, J. E., Macohon, E. R., & Dallabona, L. F. (2014). Variabilidade dos índices de endividamento em relação à adição dos passivos contingentes na estrutura patrimonial das empresas listadas na BM&FBOVESPA. *Revista de Contabilidade e Organizações (RCO)*, 8 (22), 3-14.

Schaltegger, S., & Burrit, R. (2000). *Contemporary environmental accounting. Issues, concepts and practice*. Sheffield: Greenleaf Publishing Limited.

Silva, M. A. F. (2005). *Métodos e técnicas de pesquisa*. 2 ed. Curitiba: Ibpex.

Souza, P. R. E. B. (1995). *Análise do atual estágio de disclosure das companhias abertas no mercado de capitais brasileiro e contribuições para seu aprimoramento*. 1995. Dissertação (Mestrado em Ciências Contábeis) - Faculdade de Economia, Administração e Contabilidade, Universidade de São Paulo, São Paulo.

Verrecchia, R. (2001). Essays on disclosure. *Journal of Accounting and Economics*, 22, 97-180.